



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 22,
DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Altera os anexos II da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre os quadros de pessoal e Plano de Carreira dos servidores da Câmara Municipal de Rio do Sul e o art. 5º da Lei Complementar nº 269, de 03 de outubro de 2013, que “cria a Procuradoria da Câmara Municipal de Rio do Sul e dá outras providências”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL Faço saber que a Câmara Municipal decreta:

Art. 1º Fica alterado o anexo II da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre os quadros de pessoal e Plano de Carreira dos servidores da Câmara Municipal de Rio do Sul, aumentando a carga horária de trabalho, e proporcionalmente o vencimento, do cargo de Analista Legislativo – Área de Gestão de Contratos e Patrimônio e Tesouraria, de 20 para 30 horas semanais.

Art. 2º Fica alterado o art. 5º da Lei Complementar nº 269, de 03 de outubro de 2013, que “cria a procuradoria da câmara municipal de rio do sul e dá outras providências”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O quadro de Procurador da Câmara Municipal será constituído de UM cargos de provimento efetivo, destinada privativamente a bacharel em direito, com regular inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, e pós-graduação na área pública, exigindo-se, no mínimo, especialização (lato sensu), em Direito Público ou Direito Administrativo ou Direito Constitucional ou Direito Municipal, em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC ou Conselho Estadual de Educação, com carga horária normal de trabalho de 8 (oito) horas diárias, correspondendo a uma carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

§ 1º O cargo previsto no caput sujeitar-se-á, até 31 de junho de 2028, ao Regime de Dedicação Exclusiva.



§ 2º Em virtude do Regime de Dedicação Exclusiva, o Procurador receberá uma gratificação sobre o vencimento base do cargo, que não será incorporada para cálculo dos proventos e pensões, na seguinte proporção:

I - Até 31 de junho de 2026, gratificação de 60% (sessenta por cento) sobre o vencimento base do cargo;

II – De 1º de julho de 2026 a 31 de junho de 2027, gratificação de 30% (sessenta por cento) sobre o vencimento base do cargo;

II – De 1º de julho de 2027 a 31 de junho de 2028, gratificação de 15% (sessenta por cento) sobre o vencimento base do cargo;

§ 3º As demais disposições relativas à jornada de trabalho dos Procuradores são as previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 4º REVOGADO

§ 5º REVOGADO.” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 8 de dezembro de 2025.

RUAN MARCOS CIPRIANI

[assinada eletronicamente]